

PMT/SMG/DL/LASS/026/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: CAMBRALEITE LOCADORA DE VEICULOS LTDA

PROCESSO Nº. 036/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2026

VALOR: R\$ 521,892.00

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DESTINADOS AO DESLOCAMENTO DIÁRIO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP. – LINHA 4, 5 E 6, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA CAMBRALEITE LOCADORA DE VEICULOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, o Senhor **EDENILSON FRAZÃO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 18346847 - SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 082.584.178-00, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CAMBRALEITE LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 14.435.112/0001-80, com sede a Rua Maria Paula Gambier, nº 420, Centro, na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu representante legal o Senhor **Carlos Francisco de Oliveira**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 3.258.393-X SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 319.763.448-91, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância a Pregão Eletrônico nº. 020/2026, homologado em 22 de maio de 2026, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar rural, destinados ao deslocamento diário de alunos da rede pública municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP, abrangendo as Linhas 4, 5 e 6**, conforme condições, rotas, horários, quantidades estimadas e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.



1.2. A execução dos serviços compreenderá a disponibilização de veículos adequados, condutores devidamente habilitados e capacitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação obrigatória, substituição de veículos em caso de falha ou indisponibilidade, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

1.3. A prestação dos serviços será remunerada por quilômetro rodado efetivamente executado, medido, conferido e aceito pela Administração, observadas as rotas, horários, calendário escolar e demais condições previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2.1. O presente contrato vincula-se integralmente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026, ao Processo Administrativo nº 036/2026, ao Termo de Referência, ao Estudo Técnico Preliminar, ao Mapa de Riscos, à proposta da contratada e a todos os demais documentos que integram o procedimento licitatório, independentemente de transcrição.

2.2. Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, como se nele estivessem transcritos:

- I — o Edital e seus documentos integrantes;
- II — o Termo de Referência;
- III — o Estudo Técnico Preliminar;
- IV — o Mapa de Riscos;
- V — a proposta da contratada;
- VI — demais documentos complementares relacionados ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, mediante prestação de serviços contínuos de transporte escolar rural, remunerados por preço unitário por quilômetro rodado.

3.2. A contratada assume integral responsabilidade pela execução dos serviços, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à sua adequada prestação, inclusive veículos, condutores, combustível, manutenção, seguros, documentação, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributos e demais despesas correlatas.

3.3. A quilometragem prevista possui caráter estimativo, não obrigando a Administração ao pagamento da totalidade estimada, sendo devidos apenas os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização.

3.4. As rotas, horários e quantitativos poderão ser ajustados durante a execução contratual em razão do calendário escolar, alteração de endereços, inclusão ou exclusão de alunos, reorganização de itinerários ou demais necessidades administrativas, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.



CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 521,892.00 (quinhentos e vinte e um mil oitocentos e noventa e dois reais)**, correspondente à estimativa de execução dos serviços durante a vigência contratual, conforme proposta vencedora.

4.2. O valor unitário contratado por quilômetro rodado será de **R\$ 6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos)** para as linhas 4, 5 e 6.

4.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada da medição dos quilômetros efetivamente rodados, devidamente conferida e atestada pelo fiscal ou gestor do contrato.

4.4. A medição mensal deverá considerar os serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração, observados o valor unitário contratado por quilômetro rodado, as rotas realizadas, os registros de quilometragem, as ordens de serviço e demais documentos de controle exigidos pela fiscalização.

4.5. Após o recebimento da Nota Fiscal Eletrônica e da documentação de medição, o fiscal ou gestor do contrato realizará a conferência e o atesto da execução dos serviços, encaminhando o processo para liquidação junto ao Departamento de Contabilidade.

4.6. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do aceite da Nota Fiscal Eletrônica e da regular liquidação da despesa.

4.7. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade, inadimplência contratual, irregularidade na execução dos serviços ou ausência de documentação exigida para o pagamento.

4.8. Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária, depósito ou transferência em conta indicada pela **CONTRATADA**.

4.9. Para fins de pagamento, somente será aceita Nota Fiscal Eletrônica referente aos serviços efetivamente prestados, não sendo admitida cobrança por quilometragem não executada, serviço não autorizado ou execução em desacordo com este contrato, o Edital, o Termo de Referência ou as ordens de serviço.

4.10. O Município poderá promover as retenções tributárias e previdenciárias cabíveis, quando aplicáveis, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1. O contrato poderá ser alterado mediante acréscimos ou supressões quantitativas no objeto, devidamente justificados e formalizados pela Administração, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



5.2. Os acréscimos ou supressões ficam limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, precedidas de justificativa e autorização da autoridade competente.

5.4. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro dos limites legais estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado utilizado como referência para a contratação.

6.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a legislação aplicável.

6.3. O reajuste incidirá sobre o valor unitário contratado por quilômetro rodado, mantendo-se a forma de medição e pagamento pelos quilômetros efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

6.4. A contratada poderá solicitar a revisão dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses legalmente admitidas, mediante apresentação de documentação comprobatória suficiente.

6.5. Eventual reajuste, revisão ou recomposição de preços dependerá de decisão administrativa fundamentada e formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente do Município de Tarumã/SP, conforme reservas orçamentárias emitidas, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

7.2. Para o exercício de 2026, os recursos financeiros correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I — 02.04.00 – 12.361.0043.2070 – 3.3.90.39 – Ficha 280 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal da Educação e Cultura — Educação — Ensino Fundamental — Transporte de Alunos — Transporte Escolar – Convênio Rural Estadual.

Fonte de Recurso: 02 — Transferências e Convênios Estaduais Vinculados.

Aplicação: 220 — Ensino Fundamental.

Valor: R\$ 173.010,25.



II — 02.04.00 – 12.361.0043.2071 – 3.3.90.39 – Ficha 949 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal da Educação e Cultura — Educação — Ensino Fundamental — Transporte de Alunos — Transporte Escolar – Convênio Rural Estadual – Contrapartida.

Fonte de Recurso: 01 — Tesouro.

Aplicação: 220 — Ensino Fundamental.

Valor: R\$ 131.617,50.

7.3. Os valores reservados para o exercício de 2026 correspondem à execução proporcional de 07 (sete) meses do contrato, sendo que o valor remanescente será previsto no orçamento do exercício de 2027, conforme disponibilidade orçamentária e financeira própria, observadas as normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços de transporte escolar rural conforme as condições estabelecidas neste contrato, no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e nas ordens de serviço ou solicitações emitidas pela Administração.

8.2. Disponibilizar veículos adequados, condutores habilitados e capacitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação obrigatória e demais recursos necessários à execução regular, contínua, segura e eficiente dos serviços.

8.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Cumprir integralmente as normas do Código de Trânsito Brasileiro, do CONTRAN, do DETRAN/SP e demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao transporte escolar.

8.5. Executar os serviços de acordo com as rotas, horários, calendário escolar e orientações da Administração, observadas as alterações e adequações que se fizerem necessárias durante a execução contratual.

8.6. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, especialmente aquelas relacionadas à segurança, regularidade, pontualidade, conservação dos veículos e qualidade da prestação dos serviços.

8.7. Substituir imediatamente o veículo em caso de quebra, falha mecânica, acidente, manutenção, indisponibilidade ou qualquer situação que comprometa a continuidade do transporte dos alunos.

8.8. Manter registros adequados dos trajetos realizados, com anotação da quilometragem de saída e chegada, total diário percorrido e demais informações necessárias à medição, conferência e fiscalização dos serviços.

8.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, aos alunos transportados ou a terceiros, decorrentes de culpa, dolo, ineficiência, irregularidade ou falha na execução contratual.



8.10. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como mão de obra, combustível, manutenção, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, documentação, licenças, vistorias e demais custos diretos ou indiretos.

8.11. Comparecer sempre que solicitado pela Secretaria requisitante, pelo gestor do contrato, pelo fiscal do contrato ou pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Tarumã, para receber instruções, prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas à execução contratual.

8.12. Não subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis e eventual extinção contratual.

CLÁUSULA NONA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I — fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução dos serviços;
- II — emitir ordens de serviço, requisições ou orientações necessárias ao início e acompanhamento da execução contratual;
- III — acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e fiscal designados;
- IV — conferir as medições, registros de quilometragem e documentos apresentados pela contratada;
- V — efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;
- VI — rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais;
- VII — determinar a correção de falhas, substituição de veículos, condutores ou demais providências necessárias à regularidade dos serviços;
- VIII — aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do contrato;
- IX — assegurar à contratada o contraditório e a ampla defesa nos atos que possam resultar em sanções ou extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme necessidade da Administração, calendário escolar, rotas, horários e condições operacionais definidos pela Secretaria requisitante, pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

10.2. A execução dos serviços será realizada mediante ordem de serviço, requisição ou instrumento equivalente, emitido pela Administração, contendo as informações necessárias ao início e acompanhamento da prestação dos serviços.

10.3. A primeira ordem de serviço será fornecida à contratada, não podendo fixar prazo inferior a 05 (cinco) dias úteis para início da execução, salvo necessidade devidamente justificada pela Administração e aceita pela contratada.



10.4. A execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração, competindo à contratada manter controles adequados dos trajetos realizados, da frequência do serviço, das condições dos veículos, da atuação dos condutores e da quilometragem efetivamente percorrida.

10.5. A medição dos serviços será realizada com base nos quilômetros efetivamente rodados e aceitos pela fiscalização, mediante conferência dos controles, relatórios, diários de bordo, registros de saída e chegada ou outros documentos solicitados pela Administração.

10.6. Havendo irregularidades na execução, a Administração poderá determinar a correção imediata das falhas, a substituição de veículo, condutor ou equipamento inadequado, ou a adoção de outras providências necessárias à continuidade e regularidade do transporte escolar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. A extinção poderá ocorrer:

- I — por iniciativa da Administração, nas hipóteses legais;
- II — por iniciativa da contratada, nos casos legalmente admitidos;
- III — por acordo entre as partes, desde que haja interesse público devidamente justificado.

11.3. A extinção contratual deverá ser precedida de procedimento administrativo regular, no qual serão observados, no mínimo:

- I — levantamento dos serviços executados;
- II — apuração dos valores pagos e dos eventualmente devidos;
- III — cálculo de multas, indenizações ou compensações, quando cabíveis;
- IV — análise da responsabilidade das partes.

11.4. A extinção do contrato não exonera as partes do cumprimento de obrigações pendentes, especialmente quanto à responsabilidade por danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- I — der causa à inexecução parcial do contrato;
- II — der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III — der causa à inexecução total do contrato;



- IV — ensejar o retardamento da execução do objeto, sem motivo justificado;
- V — apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI — praticar ato fraudulento na execução contratual;
- VII — comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII — praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

- I — advertência;
- II — multa;
- III — impedimento de licitar e contratar;
- IV — declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa poderá ser aplicada em percentual de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, conforme a gravidade da infração, observados os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração ou a terceiros.

12.5. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. **O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de junho de 2026 e término em 31 de maio de 2027**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração, observados o interesse público, a vantajosidade, a regularidade da execução contratual e os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.3. Toda prorrogação deverá ser formalizada mediante termo aditivo, previamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

13.4. A prorrogação ficará condicionada à existência de dotação orçamentária, à manutenção das condições de habilitação pela contratada e à demonstração de que a continuidade da contratação permanece vantajosa para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO COMPETENTE

14.1. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento serão regidas pelas leis brasileiras, em especial pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, ficando eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.



14.2. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã, 1º de junho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
EDENILSON FRAZÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
Contratante

CAMBRALITE LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA
RG nº 3.258.393-X SSP/SP
Contratada

Fiscal do Contrato:

1. _____
Osmar Modesto da Silva
RG nº. 15.253.978-5 SSP/SP

Gestor do Contrato:

2. _____
Carmen Rosa de Novais Sotana
RG nº. 25.540.549-2 SSP/SP



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: CAMBRALEITE LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

CONTRATO Nº. 026/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DESTINADOS AO DESLOCAMENTO DIÁRIO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP. – LINHA 4, 5 E 6.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 1º de junho de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Adriana Balejo Piedade da Silva

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 130.870.568-98

Assinatura:_____



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Ednilson Frazão

Cargo: Secretário Municipal

CPF: 082.584.178-00

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Ednilson Frazão

Cargo: Secretário Municipal

CPF: 082.584.178-00

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Carlos Francisco de Oliveira

Cargo: Representante Legal

CPF: 319.763.448-91

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Alesandra Cristina Martins Gouveia

Cargo: Secretária Municipal

CPF: 290.685.328-39

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Carmen Rosa de Novais Sotana

Cargo: Coordenadora de Programas

CPF: 131.081.988-23

Assinatura: _____



FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Osmar Modesto da Silva

Cargo: Coordenador de Programas

CPF: 038.752.328-60

Assinatura: _____



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO		
Secretaria:	Secretária de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e serviços urbanos	
UGB:	Gestão de Frotas	
Responsável pela Demanda:	Carmen Rosa Novais Sotana	Cód. Funcional: 3792
Objeto da aquisição/contratação (Conforme PCA):	Abertura de processo licitatório para contratação de empresa para transporte de alunos da zona rural para as escolas estaduais e municipais – Linha 4, 5 e 6	
Responsável pela elaboração:	Carmen Rosa Novais Sotana	Cód. Funcional: 3792

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Em Tarumã, SP, os alunos da rede municipal e estadual, residentes na zona rural, utilizam e necessitam do transporte escolar para chegar até as unidades escolares, cabendo então ao Município esta responsabilidade nos termos da Lei. Para desenvolver o transporte escolar rural, é necessário que se disponha de veículos e motoristas, sendo que a municipalidade não dispõe de frota e profissionais em seu quadro na quantidade necessária para o total atendimento.



O serviço de transporte escolar oferecido pela Prefeitura com frota própria, atualmente, não é suficiente para fazer o transporte de todos os educandos da rede pública de ensino da rede Municipal e Estadual de Tarumã – SP, em virtude da ampla área de zona rural, o que ocasiona um número grande de linhas.

O município atualmente tem um total de 8 (oito) linhas de transporte rural, que precisam ser percorridas para atender a demanda dos residentes da zona rural deste município, porém o município atende a metade delas, com frota própria e motoristas do quadro de servidores.

O transporte realizado por terceiros contratado pelo município, em frota terceirizada, faz-se necessário para complementar o atendimento aos alunos. Além do exposto acima, a contratação de terceirizados na prestação de serviço de transporte rural dos educandos para zona urbana, está incluindo a mão de obra necessária para efetivação do serviço ficando a cargo da contratado(a) as obrigações relativas ao seu contrato, dentre elas a manutenção de veículos e combustível.

Para tanto, estimou-se a necessidade de contratação de veículos de transporte de passageiros a serem especificados bem como rotas de linhas.

Assim, a referida contratação justifica-se para a promoção da locomoção diária dos alunos das zonas rurais às Instituições de ensino no município de Tarumã, visando garantir a eles o acesso e a permanência nos espaços escolares, possibilitando o ingresso na instituição e evitando dessa forma a evasão, uma vez que não há, atualmente, disponibilidade de transporte público coletivo no horário diurno que transporte da zona rural para a zona urbana, sendo, assim, pertinente a contratação de serviço de transporte escolar diário.

A presente contratação se faz, ainda, necessária e resultará benéfica e vantajosa, pelas seguintes razões:

- a) Indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional, bem como dos veículos indispensáveis para execução dos serviços;
- b) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra por parte do lfs;
- c) Será exercida por empresa especializada devidamente habilitada e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;



d) Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra, que possibilitam maior eficiência no desenvolvimento de ações preventivas;

e) Os padrões definidos pela Administração que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados; e

g) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

Horários:

- Manhã: pegar o primeiro aluno na residência às 06h e o retorno saindo da primeira escola, às 13h.

-Saída da Escola Municipal e Estaduais: pegar os alunos na escola municipal e em seguida nas estaduais às 13h e levar nas residências.

- Saída da Escola Estadual Integral: pegar os alunos na escola estadual integral às 15h30 e levar nas residências.

A quilometragem prevista constitui uma estimativa, podendo haver acréscimo ou diminuição nos limites previstos em Lei, bem como a alteração ou extinção de rotas, considerando as mudanças constantes nas demandas de alunos. A quantidade de veículos/rotas representa um número mínimo a ser apresentado para fim de atendimento deste Edital, podendo haver aumento ou diminuição conforme reestruturação das rotas pela licitante na execução cotidiana do contrato, para melhor atendimento dos alunos.

Considerando a existência de rotas rurais extensas e a demanda diária de deslocamento dos educandos, verifica-se a necessidade de atendimento regular, seguro e eficiente do transporte escolar, de modo a evitar prejuízos à frequência, ao aproveitamento escolar e ao direito à educação. Nas linhas objeto da presente demanda, **há 218 alunos matriculados**, entre crianças e adolescentes, que dependem diariamente desse serviço para o deslocamento até as unidades escolares, o que evidencia a relevância da contratação e a necessidade de sua continuidade. Esse número de alunos pode haver aumento durante o ano letivo.

Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que sua interrupção



comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Por suas características pode ainda ser classificado como de natureza comum.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o momento, o Plano de Contratação Anual não foi elaborado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), fornecimento de mão de obra (motorista), combustível, seguros e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório. A futura contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, segurança, regularidade e continuidade, de modo a assegurar a adequada prestação do serviço de transporte escolar rural aos alunos da rede pública de ensino do Município de Tarumã/SP. O serviço deverá ser executado em conformidade com a legislação aplicável, especialmente as normas de trânsito, de transporte escolar e de proteção aos educandos.

A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, das Instruções de Serviço n.º 74 de 23/12/2014 e 93 de 23/06/2016 do DETRAN/SP — e suas alterações, e das Resoluções do CONATRAN e demais normas vigentes.

O serviço deverá ser prestado de forma contínua, sem interrupções indevidas, durante o período contratual e em conformidade com o calendário escolar, os itinerários e os horários definidos pela Administração. Em caso de falha mecânica, quebra ou indisponibilidade do veículo, a contratada deverá providenciar substituição imediata, de forma a não comprometer o transporte dos alunos.

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Nos atestados poderão conter os termos: “transporte escolar” ou “fretamento contínuo de transporte de pessoas”, ou similar, desde que se trate de transporte de pessoas. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo



menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A execução dos serviços deverá ser realizada por condutores devidamente habilitados e capacitados para transporte escolar, observados os requisitos legais quanto à categoria da CNH, idade mínima, curso específico, aptidão física e regularidade da documentação pessoal e profissional. Os motoristas deverão atuar com urbanidade, zelo, disciplina e responsabilidade, podendo ser substituídos sempre que sua conduta se mostrar incompatível com a adequada prestação do serviço.

Para pessoa jurídica, indicação do motorista, com a seguinte documentação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF/MF;
- c) Carteira de Habilitação - CNH (D ou E) do motorista que irá dirigir o veículo, mostrando estar habilitado para o transporte de passageiro.
- d) Extrato de pontuação da Carteira de Habilitação do Motorista (www.detran.sp.gov.br)
- e) Extrato de Consulta Auto — Infração, Multa, Impedimento, Licenciamento de Veículos (disponível em <http://www.detran.sp.gov.br>)
- f) Certificado ou Carteira de CURSO REGULAR DE CONDUTOR DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (COLETIVO).
- g) O motorista/conductor deverá ter sido submetido a exame médico de aptidão física do condutor;
- h) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal expedida na(s) localidade(s) onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente aos Crimes Comuns, Homicídio, Roubo, Corrupção de Menores, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito, Corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos, em cumprimento ao Art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro e do Estado federativo de origem.

O motorista/conductor deverá ter idade superior a 21 anos.



A regularidade fiscal do veículo deverá ser comprovada através do Certificado de propriedade do veículo (CRLV) expedido para o exercício de 2025,

A vistoria do veículo deve ser comprovada através do Laudo de aprovação em inspeção veicular, realizada por técnico capacitado, respeitando as determinações do artigo 22 inciso III do Código Nacional de Trânsito - Lei Nº 14.071/20.

Poderão participar do presente certame os licitantes que comprovarem a propriedade do veículo de transporte de passageiros (ônibus), ou comprovarem o arrendamento/locação do veículo de transporte de passageiros nos moldes da legislação em vigor, com firma reconhecida em cartório.

A CONTRATADA deverá manter em toda vigência do contrato, Apólice de Seguro de Responsabilidade em nome da Contratada, assegurando cobertura de danos a Terceiros, a Tripulação e Passageiros, sendo apresentada no prazo de até 05 dias, a contar da data de assinatura do contrato.

A CONTRATADA deverá arcar com quaisquer despesas relacionadas com prêmios de seguros efetuados para proteção de seu pessoal, do pessoal transportado, de seus bens e de responsabilidade perante terceiros vinculados ao Instrumento Contratual e/ou em observância a legislação em vigor.

A quilometragem apresentada pela CONTRATADA será conferida pela Prefeitura, devendo o contratado fazer constar no relatório de viagem os deslocamentos com quilometragem de saída e chegada, totalizando no diário de bordo a quilometragem total percorrida, evitando glosas na nota fiscal pela fiscalização da Prefeitura.

Os profissionais deverão manter disciplina e cordialidade na execução dos serviços, e caso a Prefeitura constate que o profissional apresentou conduta incompatível, deverá comunicar a CONTRATADA por meio de documento, a fim de promover a substituição imediata do profissional.

A CONTRATADA deverá substituir os veículos em caso de quebras, garantindo o transporte dos alunos.

Os veículos disponibilizados para execução do serviço deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e trafegabilidade, com documentação regular, inspeções e vistorias válidas, devendo possuir capacidade



compatível com a demanda de cada linha. Para as linhas objeto da contratação, deverão ser disponibilizados veículos com capacidade mínima de 16 lugares, admitindo-se van ou micro-ônibus, desde que ofereçam condições adequadas de conforto e segurança aos passageiros. Em relação à apresentação (equipamentos, peças), os veículos devem possuir:

- a) cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, de acordo com a legislação;
- b) equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- c) dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- d) pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- e) portas e janelas em perfeito estado de funcionamento;
- f) demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN, do Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN e do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo — DETRAN/SP.
- g) encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpos, não ter assentos danificados e não apresentar rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- h) atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- i) atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;



A apresentação dos requisitos acima é essencial para a habilitação e para condições adequadas para a execução da contratação. **Não serão admitidos veículos que não ofereçam condições adequadas de acomodação, conforto e segurança aos alunos durante o trajeto.**

Para habilitação em processo licitatório deverá o contratado(a) apresentar todos os documentos que o Lei Federal nº 14.133/2021 e o Edital requerer.

Ademais a empresa contratada deverá disponibilizar **veículos de no mínimo 16 lugares para as linhas 4, 5 e 6, podendo ser van ou microônibus (exceto Kombi)**, que promova conforto e segurança para todos, temperatura adequada e que respeite as normativas da legislação (CTB, LDB, ECA e demais leis e decretos vigentes) que regularizam o transporte escolar;

A empresa contratada deve estar ciente que é um serviço contínuo e que não pode haver interrupções do serviço de transporte dos alunos da zona rural para as instituições de ensino de Tarumã/SP.

O contratado(a) deverá ficar à disposição da administração; salientamos que o transporte deverá ser feito dentro do Calendário Escolar das instituições de Ensino estabelecidas neste Estudo Técnico.

A contratada deverá, ainda, manter controle da execução dos trajetos e da quilometragem percorrida, mediante registros adequados, a fim de possibilitar a fiscalização contratual e a correta medição dos serviços efetivamente prestados.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

LINHA	PERIODO	PERCURSO	MEDIA KM/DIA	KM TOTAL	CAPACIDADE	Valor Unit.	Valor Total
4	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) - Água Bonita e Água do Dourado	115	24.150	Mínimo 16 lugares	R\$ 6,54	R\$ 157.941,00
5	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) - Água da Onça	100	21.000	Mínimo 18 lugares	R\$ 6,54	R\$ 137.340,00
6	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) - Água do Dourado e Água do	165	34.650	Mínimo 16 lugares	R\$ 6,54	R\$ 226.611,00



		Tarumã					
Valor Total:							R\$ 521.892,00

Para fins de dimensionamento da contratação, estima-se a necessidade de atendimento de 3 (três) linhas de transporte escolar rural, correspondentes às linhas 4, 5 e 6 (conforme Anexo I – Rotas), com disponibilização mínima de 1 (um) veículo por linha, ambos com capacidade mínima de 16 lugares, compatível com a demanda a ser atendida.

A linha 4 possui percurso estimado em 115 km/dia, totalizando 24.150 km no período estimado. A linha 5 possui percurso estimado em 100km/dia, sendo total de 21.000 km para este período, enquanto a linha 6 apresenta percurso estimado de 165 km/dia, totalizando 34.650 km. Dessa forma, a estimativa global de execução corresponde a 79.800 km.

Ressalta-se que a quilometragem indicada possui natureza estimada, podendo sofrer variações para mais ou para menos em razão de mudanças nas rotas, readequações operacionais e ingresso de novos alunos no decorrer da execução contratual, observados os limites legais e contratuais.

Quanto ao preço, a estimativa da contratação foi realizada com base no valor por quilômetro rodado, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço, tais como veículo, condutor, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, encargos e demais despesas inerentes à prestação contratual. Como parâmetro de referência, constam os valores de R\$ 6,54 por km para a linha 4 e R\$ 6,54 por km para a linha 5 e 6, resultando em valor global estimado de R\$ 521.892,00.

Memória de cálculo:

Quantidade de km estimado da linha 4 por dia: 115 km

Quantidade de km estimado da linha 5 por dia: 100 km

Quantidade de km estimado da linha 6 por dia: 165 km

Quantidade de dias letivos estimados: 210 dias

Linha 4:

115 km/dia × 210 dias = 24.150 km

24.150 km × R\$ 6,54/km = R\$ 157.941,00



Linha 5:

$100 \text{ km/dia} \times 210 \text{ dias} = 21.000 \text{ km}$

$21.000 \text{ km} \times \text{R\$ } 6,54/\text{km} = \text{R\$ } 137.340,00$

Linha 6:

$165 \text{ km/dia} \times 210 \text{ dias} = 34.650 \text{ km}$

$34.650 \text{ km} \times \text{R\$ } 6,54/\text{km} = \text{R\$ } 226.611,00$

Total geral:

$24.150 \text{ km} + 21.000 + 34.650 \text{ km} = 79.800 \text{ km}$

$\text{R\$ } 157.941,00 + \text{R\$ } 137.340,00 + \text{R\$ } 226.611,00 = \text{R\$ } 521.892,00$

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atendimento da necessidade de transporte escolar rural dos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP, foram analisadas as principais soluções disponíveis no mercado e as possibilidades de atuação administrativa, considerando aspectos de viabilidade operacional, economicidade, continuidade do serviço, segurança dos educandos e capacidade de resposta à demanda existente nas linhas rurais.

Nesse contexto, identificam-se, em tese, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade pública:

a) Execução direta pelo Município, com utilização exclusiva de frota e motoristas próprios

Essa alternativa consiste na realização integral do transporte escolar rural por meios próprios da Administração, com utilização da frota municipal e de servidores condutores pertencentes ao quadro funcional. Embora seja uma solução teoricamente possível, sua adoção integral mostra-se limitada diante da realidade operacional do Município, especialmente quando consideradas a extensão da zona rural, a existência de múltiplas linhas e a insuficiência de estrutura para atendimento completo da demanda. O próprio cenário analisado demonstra que a frota pública atualmente não é suficiente para cobrir integralmente todas as rotas necessárias, o que evidencia limitação material para adoção exclusiva desse modelo.

Além disso, a execução direta exige que a Administração suporte integralmente os custos com aquisição ou reposição de veículos, manutenção preventiva e corretiva, abastecimento, seguros, documentação, gestão da operação, além da disponibilização



permanente de motoristas em número compatível com a necessidade. Tal modelo tende a elevar a carga administrativa e operacional do Município, sobretudo em serviço contínuo e sensível como o transporte escolar rural.

b) Ampliação da frota pública mediante aquisição de veículos e expansão da estrutura operacional

Outra alternativa seria a aquisição de novos veículos pela Administração para ampliação da capacidade de atendimento das linhas rurais. Embora essa hipótese possa, em tese, fortalecer a autonomia operacional do Município, ela demanda investimento inicial elevado, além de custos permanentes com manutenção, renovação da frota, seguros, combustíveis, regularização documental, inspeções obrigatórias e eventual ampliação do quadro de pessoal ou de contratos de apoio para viabilizar a operação contínua.

Também deve ser considerado que a demanda do transporte escolar rural pode sofrer alterações ao longo do tempo, em razão de mudanças de rotas, variações no número de alunos e readequações administrativas. Nessas condições, a aquisição definitiva de veículos pode representar menor flexibilidade operacional em comparação com modelos contratuais mais adaptáveis à oscilação da demanda.

c) Locação de veículos sem prestação completa do serviço

Também se identifica como possibilidade a locação isolada de veículos, ficando a Administração responsável por parte relevante da operação, como disponibilização de motoristas, abastecimento, manutenção e controle operacional. Essa alternativa, contudo, não se mostra a mais vantajosa para a necessidade em análise, pois fragmenta a responsabilidade pela execução e transfere ao Município encargos operacionais que comprometem a eficiência da gestão do serviço.

O transporte escolar rural demanda não apenas o veículo em si, mas um conjunto integrado de condições indispensáveis à prestação adequada, como condutores habilitados, manutenção constante, substituição em caso de quebra, regularidade documental e cobertura securitária. Quando esses elementos não estão reunidos em uma única solução contratual, há maior risco de descontinuidade, falhas de execução e dificuldade de fiscalização.

d) Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar rural

A solução disponível no mercado que melhor atende à necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar rural, com disponibilização de veículos adequados, condutores habilitados e estrutura suficiente para execução contínua, segura e regular das linhas definidas pela Administração. Esse modelo apresenta maior aderência à natureza da demanda, pois concentra em um único contratado as responsabilidades operacionais essenciais à adequada execução do serviço.

Tal alternativa se mostra mais vantajosa porque reduz o dispêndio administrativo com gestão direta da frota, transfere à contratada os encargos de manutenção, combustível, seguros e substituição de veículos, e permite maior foco da Administração na fiscalização do serviço prestado e no atendimento da política pública educacional. Além disso, essa solução proporciona maior flexibilidade para adequação a eventuais



alterações de rotas, variações da demanda e necessidades supervenientes verificadas ao longo da execução contratual.

Sob o aspecto da continuidade do serviço, a contratação de empresa especializada também se revela mais compatível com a essencialidade do transporte escolar, uma vez que o deslocamento diário dos alunos não pode sofrer interrupções indevidas. A exigência de veículos aptos, condutores qualificados, controle de quilometragem, documentação regular e substituição imediata em caso de indisponibilidade reforça a adequação desse modelo para atendimento do interesse público envolvido.

Diante da análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar rural é a solução de mercado mais adequada para atender à necessidade administrativa identificada, por reunir melhores condições de eficiência operacional, segurança, continuidade, flexibilidade e economicidade administrativa, em comparação com as demais opções avaliadas. Tal solução, além de compatível com a realidade das linhas rurais e com a insuficiência de estrutura própria para atendimento integral da demanda, mostra-se apta a assegurar o regular transporte dos alunos durante o período letivo.

7. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 521.892,00 (quinhentos e vinte e um mil oitocentos e noventa e dois reais)**, considerando a prestação de serviços de Transporte Escolar, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

A estimativa de preços da presente contratação observou o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido elaborada com base em critérios de mercado e em fontes idôneas de pesquisa, de modo a assegurar a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados para objeto semelhante, consideradas as quantidades pretendidas e as peculiaridades da execução contratual.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida para atendimento da necessidade administrativa consiste na prestação contínua de serviço de transporte escolar rural, destinado ao deslocamento diário dos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP, observadas as rotas, horários e demais condições operacionais estabelecidas pela Administração.

A execução deverá contemplar o atendimento das linhas previstas, com disponibilização de veículos apropriados ao transporte escolar, em quantidade suficiente para cobertura integral da demanda, dotados de condições adequadas de segurança, conforto, higiene, conservação e trafegabilidade, em conformidade com a legislação de trânsito e com as normas aplicáveis ao transporte de estudantes. Para as linhas objeto da contratação, deverão ser observadas as especificações mínimas de



capacidade, bem como os requisitos técnicos e operacionais definidos pela Administração.

A solução abrange, ainda, a disponibilização de condutores devidamente habilitados, capacitados e aptos à execução do serviço, bem como todos os meios necessários ao regular funcionamento da operação, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, abastecimento, seguros, documentação obrigatória, substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade e demais providências indispensáveis à continuidade do serviço.

Deverá, igualmente, ser assegurado o cumprimento rigoroso dos itinerários e horários definidos, em compatibilidade com o calendário escolar e com a necessidade de transporte dos alunos nos períodos de entrada e saída das unidades escolares, de forma a garantir regularidade, pontualidade e eficiência na prestação do serviço.

A solução contempla também mecanismos de controle e fiscalização da execução contratual, especialmente quanto à comprovação dos trajetos realizados, da quilometragem percorrida, das condições dos veículos utilizados e da adequada conduta dos profissionais envolvidos, permitindo à Administração acompanhar a execução e aferir a conformidade do serviço prestado.

Assim, a solução como um todo compreende um conjunto integrado de elementos operacionais, técnicos e administrativos aptos a assegurar a prestação adequada, contínua e segura do transporte escolar rural, de modo a atender satisfatoriamente a necessidade pública identificada e garantir o acesso dos alunos às atividades escolares.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando as características da demanda, verifica-se que a contratação com parcelamento do objeto por linha/rota mostra-se tecnicamente viável e administrativamente recomendável, tendo em vista que as linhas 4, 5 e 6 possuem percursos próprios, execução autônoma e podem ser operadas de forma independente, sem prejuízo da qualidade, da continuidade e da fiscalização do serviço.

O parcelamento, nesse caso, favorece a ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de interessados, inclusive empresas de menor porte que eventualmente não disponham de capacidade operacional para execução simultânea de todas as linhas, mas que reúnam condições de atender parte específica da demanda. Tal medida contribui para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, sem comprometer a eficiência da contratação.

Além disso, o fracionamento por linha é compatível com a natureza do objeto, uma vez que cada rota possui quilometragem, itinerário e dinâmica próprios, permitindo contratação, execução, medição e fiscalização individualizadas. Assim, o parcelamento não gera perda de escala relevante nem compromete a padronização



essencial do serviço, ao contrário, confere maior flexibilidade à Administração na gestão contratual.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida tem por objetivo assegurar a prestação contínua, regular e eficiente do transporte escolar rural, de modo a garantir o deslocamento diário dos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP até as respectivas unidades escolares, bem como o retorno às suas residências, em condições adequadas de segurança, conforto e pontualidade.

Como resultado principal, busca-se garantir o efetivo acesso e a permanência dos educandos no ambiente escolar, reduzindo riscos de faltas, atrasos, evasão e demais prejuízos decorrentes da insuficiência ou descontinuidade do transporte. Considerando que se trata de serviço essencial ao atendimento da política pública educacional, a contratação deverá assegurar condições adequadas para que os alunos da zona rural tenham acesso diário e regular às atividades escolares.

Pretende-se, ainda, obter atendimento compatível com a realidade das rotas e da demanda existente, com veículos adequados à quantidade de alunos transportados, devidamente regularizados e aptos à execução dos trajetos definidos pela Administração. Espera-se, com isso, maior confiabilidade na operação, redução de intercorrências durante a execução contratual e melhoria geral na qualidade do serviço prestado aos usuários.

Outro resultado pretendido consiste no reforço das condições de segurança do transporte escolar, por meio da utilização de veículos em boas condições de conservação e trafegabilidade, com observância das exigências legais aplicáveis, bem como da atuação de condutores devidamente habilitados e aptos à execução do serviço. Busca-se, assim, minimizar riscos operacionais e proporcionar transporte mais seguro e apropriado aos estudantes.

A Administração também pretende alcançar maior eficiência na gestão do serviço, mediante definição clara das rotas, controle da quilometragem executada, acompanhamento da execução contratual e possibilidade de fiscalização mais efetiva quanto aos veículos, aos condutores e ao cumprimento dos horários e itinerários. Com isso, espera-se assegurar maior transparência na medição dos serviços prestados e melhores condições para a adequada gestão contratual.

Busca-se, igualmente, que a solução adotada ofereça capacidade de resposta a eventuais alterações da demanda, como ajustes de rotas, readequações operacionais e ingresso de novos alunos no decorrer do período letivo, preservando a continuidade e a eficiência do atendimento. Tal resultado é relevante para que o serviço permaneça adequado às necessidades reais da Administração e dos educandos ao longo da execução contratual.



Por fim, pretende-se alcançar solução administrativa que reúna segurança, regularidade, eficiência operacional e adequação à necessidade pública identificada, contribuindo diretamente para a efetividade da política educacional do Município e para o atendimento do interesse público envolvido.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Será necessária a preparação da estrutura de acompanhamento da execução contratual, com a prévia designação de gestor e fiscal do contrato, além da definição dos instrumentos de controle que serão utilizados para verificação dos trajetos realizados, da quilometragem executada, da frequência do serviço, das condições dos veículos e da atuação dos condutores. Tal providência é essencial para assegurar medição adequada, fiscalização efetiva e prevenção de falhas na execução.

A Administração deverá, igualmente, verificar as condições necessárias à operacionalização do serviço no início da vigência contratual, inclusive quanto à compatibilização com o calendário escolar e com os horários de atendimento das unidades escolares. Caso haja contratação correlata necessária ao pleno funcionamento do serviço, como apoio de monitores escolares nas hipóteses cabíveis, deverão ser adotadas as providências administrativas correspondentes de forma tempestiva, a fim de evitar prejuízo ao início da execução.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como contratação correlata e/ou interdependente, identifica-se apenas a necessidade de disponibilização de monitores de alunos, nos casos em que sua presença for exigida para o adequado acompanhamento dos estudantes durante a execução do transporte escolar.

Assim, a presente contratação abrange exclusivamente os serviços relacionados ao transporte escolar rural, permanecendo a disponibilização de monitores vinculada a procedimento administrativo específico, a ser conduzido separadamente pela Administração, caso necessário, de forma a garantir o pleno atendimento das exigências legais e operacionais aplicáveis ao serviço.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução dos serviços de transporte escolar rural pode gerar impactos ambientais inerentes à circulação diária de veículos, especialmente em razão do consumo de combustíveis fósseis, da emissão de gases poluentes, da geração de ruídos, do desgaste de pneus e peças, da produção de resíduos oriundos da manutenção veicular e do risco de vazamentos de óleos, lubrificantes e outros fluidos automotivos. Tais impactos decorrem da própria natureza do objeto, que envolve operação contínua de veículos em rotas rurais e urbanas para atendimento dos alunos.



Também devem ser considerados possíveis impactos indiretos relacionados à necessidade de manutenção preventiva e corretiva da frota, ao descarte de materiais contaminantes e ao aumento da circulação em vias rurais, o que exige cuidados permanentes para que a prestação do serviço ocorra em conformidade com a legislação ambiental e com padrões mínimos de sustentabilidade operacional.

Como medidas mitigadoras, deverá ser exigido que os veículos utilizados na execução contratual permaneçam em adequadas condições de uso, conservação, segurança e trafegabilidade, com realização periódica de vistorias, inspeções e manutenções preventivas e corretivas, a fim de reduzir emissões excessivas, prevenir falhas mecânicas e evitar danos ambientais decorrentes de mau estado de conservação. Será exigida a vistoria dos veículos e de observância das condições regulares de execução do serviço.

A contratada deverá, ainda, adotar procedimentos adequados para destinação ambientalmente correta de pneus, peças substituídas, óleos lubrificantes, filtros, baterias e demais resíduos gerados na manutenção dos veículos, observando a legislação vigente e evitando descarte irregular em solo, cursos d'água ou vias públicas. Da mesma forma, deverá promover controle preventivo contra vazamentos e derramamentos de combustíveis e fluidos, de forma a minimizar riscos de contaminação ambiental.

Deverá ser igualmente exigido que a execução do serviço observe práticas operacionais que contribuam para redução dos impactos ambientais, tais como manutenção da regulagem dos motores, preservação da eficiência dos sistemas mecânicos, uso racional de combustível e substituição imediata de veículos que não apresentem condições adequadas de funcionamento. Tais medidas, além de contribuírem para a proteção ambiental, também favorecem a segurança dos alunos e a continuidade do serviço.

Assim, embora os impactos ambientais da contratação não sejam de grande complexidade, eles existem e devem ser adequadamente prevenidos e mitigados por meio de fiscalização contratual, exigência de veículos em boas condições de trafegabilidade, cumprimento da legislação aplicável e adoção de boas práticas de manutenção e gestão ambiental por parte da contratada.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante das informações levantadas, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e compatível com o interesse público, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade do transporte escolar rural aos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP. Verifica-se que a demanda é permanente, essencial e não pode sofrer interrupções, sob pena de comprometimento do acesso e da permanência dos educandos nas unidades escolares.



Considerando a realidade operacional identificada, especialmente a insuficiência de frota e de motoristas do quadro municipal para atendimento integral da demanda, bem como a existência de linhas rurais específicas que exigem atendimento contínuo, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar rural. Tal solução apresenta maior viabilidade operacional e administrativa, por permitir o atendimento regular das linhas, com veículos apropriados, condutores habilitados e estrutura suficiente para execução do serviço com segurança, eficiência e regularidade.

A escolha da solução também se justifica por possibilitar que os custos operacionais inerentes à execução do serviço, tais como manutenção preventiva e corretiva, combustível, seguros, regularização documental e substituição de veículos em caso de necessidade, fiquem a cargo da contratada, proporcionando à Administração melhores condições de gestão, fiscalização e acompanhamento da execução contratual. Além disso, trata-se de solução compatível com a natureza contínua do serviço e com a necessidade de atendimento das linhas 4, 5 e 6, observadas suas especificidades de percurso, quilometragem e capacidade mínima dos veículos.

Dessa forma, entende-se que a contratação é tecnicamente viável, administrativamente necessária e economicamente justificável, constituindo a solução mais adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, razão pela qual se opina favoravelmente ao prosseguimento da contratação.

15. ANEXOS

São anexos do presente ETP os seguintes documentos:

- ANEXO I - Rotas;
- ANEXO II – Pesquisa de Preços;
- ANEXO III – Lista de Alunos matriculados na rede de ensino que utilizam o transporte.

Tarumã, 22 de abril de 2026.

CARMEN ROSA NOVAIS SOTANA
SUPERVISORA DE PROGRAMA



TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar rural, destinados ao deslocamento diário de alunos da rede pública municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP. – Linha 4, 5 e 6.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar rural, destinados ao deslocamento diário de alunos da rede pública municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP**, até as respectivas unidades escolares e ao retorno às suas residências, em conformidade com o calendário escolar, os itinerários, os horários e as demais condições definidas pela Administração.

1.1.2. A execução dos serviços compreenderá o atendimento das linhas rurais 4, 5 e 6, conforme especificações, percursos e condições operacionais constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, com disponibilização mínima de 01 (um) veículo por linha, ambos com capacidade mínima de 16 (dezesseis) lugares para as linhas 4, 5 e 6 e outro veículo com mínimo 18 (dezoito) lugares para a linha 5, admitindo-se van ou micro-ônibus, desde que atendam integralmente às exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao transporte escolar.

1.1.3. A contratação abrange a disponibilização de veículos, condutores devidamente habilitados e capacitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação obrigatória, reposição/substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, cabendo à contratada a integral responsabilidade pela prestação adequada, contínua, segura e eficiente do serviço.

1.1.4. A prestação dos serviços será executada por quilômetro rodado efetivamente realizado, mediante controle, acompanhamento, medição e fiscalização pela Administração, observadas as rotas, a quilometragem estimada, os horários de entrada e saída dos alunos, as condições de segurança, regularidade, conforto, higiene, conservação e trefegabilidade dos veículos, bem como a legislação de trânsito e as normas específicas aplicáveis ao transporte escolar.

LINH A	PERIOD O	PERCURSO	MEDIA KM/ DIA	KM TOTAL	CAPACIDAD E	Valor Unit.	Valor Total
4	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) - Água Bonita e Água do	115	24.150	Mínimo 16 lugares	R\$ 6,54	R\$ 157.941,00

Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores - CEP 19822-074 - Tarumã - SP - Fone/Fax (18) 3373-4700

WWW.TARUMA.SP.GOV.BR



		Dourado					
5	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) – Água da Onça	100	21.000	Mínimo 18 lugares	R\$ 6,54	R\$ 137.340,00
6	Manhã/ Tarde	Tarumã (Zona Urbana) - Água do Dourado e Água do Tarumã	165	34.650	Mínimo 16 lugares	R\$ 6,54	R\$ 226.611,00
Valor Total:							R\$ 521.892,00

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados da data de formalização do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Natureza do objeto

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A Descrição da Solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. O preço proposto será considerado completo e deverá abranger todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias, fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação, substituição de veículos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas acessórias e/ou necessárias à perfeita execução dos serviços.

4.2. A contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, às Resoluções do CONTRAN, às normas do DETRAN/SP e às demais normas legais e regulamentares vigentes aplicáveis ao transporte escolar.

4.3. A contratada deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Serão aceitos atestados que contenham, entre outras expressões equivalentes,

Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores - CEP 19822-074 - Tarumã - SP - Fone/Fax (18) 3373-4700

WWW.TARUMA.SP.GOV.BR



os termos “transporte escolar”, “transporte de estudantes”, “fretamento contínuo de transporte de pessoas” ou similares, desde que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

4.4. Para a execução contratual, a contratada deverá disponibilizar condutor(es) devidamente habilitado(s) e capacitado(s) para transporte escolar, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, devendo apresentar, quando exigido pela Administração:

- a) documento oficial de identificação com foto;
- b) CPF;
- c) Carteira Nacional de Habilitação – CNH de no mínimo na categoria D e com autorização legal para transporte de passageiros;
- d) comprovante de regularidade da habilitação, emitido pelo órgão competente;
- e) comprovante de realização de curso especializado exigido para condutor de transporte escolar;
- f) comprovante de aptidão física e mental, nos termos da legislação de trânsito;
- g) O motorista/condutor deverá ter sido submetido a exame médico de aptidão física do condutor;
- h) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal expedida na(s) localidade(s) onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente aos Crimes Comuns, Homicídio, Roubo, Corrupção de Menores, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito, Corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos, em cumprimento ao Art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro e do Estado federativo de origem.

4.5. O motorista/condutor deverá possuir idade mínima de 21 (vinte e um) anos, bem como atender a todos os requisitos legais e regulamentares vigentes.

4.6. Os veículos disponibilizados para a execução do serviço deverão estar com a documentação regular, inclusive CRLV do exercício vigente, licenciamento válido e demais exigências administrativas e legais aplicáveis à espécie.

4.7. Os veículos deverão apresentar vistorias, inspeções e aprovações exigidas pela legislação e pelos órgãos competentes, em especial aquelas relacionadas à segurança, trafegabilidade e aptidão para o transporte escolar.

4.8. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, apólice de seguro compatível com a execução do objeto, abrangendo, no mínimo, cobertura para passageiros, tripulação e terceiros, devendo apresentá-la à Administração.

4.9. A contratada deverá arcar integralmente com quaisquer despesas relacionadas a seguros contratados para proteção de seu pessoal, dos passageiros transportados, de seus bens e de sua responsabilidade civil perante terceiros, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.10. A quilometragem executada será conferida pela Administração, devendo a contratada manter registros adequados dos trajetos realizados, com anotação de quilometragem de saída e chegada, total diário percorrido e demais informações pertinentes, de modo a viabilizar a medição e a fiscalização dos serviços efetivamente prestados.

4.11. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão atuar com disciplina, urbanidade, zelo, responsabilidade e cordialidade. Constatada conduta incompatível com a adequada prestação do serviço, a Administração poderá solicitar a substituição imediata



do profissional, devendo a contratada adotar as providências cabíveis sem prejuízo da continuidade do atendimento.

4.12. A contratada deverá substituir imediatamente o veículo em caso de quebra, falha mecânica, acidente, manutenção ou qualquer indisponibilidade, de forma a não comprometer a continuidade do transporte dos alunos.

4.13. Os veículos utilizados na execução contratual deverão:

- a) possuir capacidade mínima de 16 (dezesseis) lugares, para as linhas 4, 5 e 6, enquanto para a linha 5, uma van com capacidade mínima para 18 (dezoito) lugares;
- b) estar em perfeitas condições de uso, conservação, segurança, higiene e trafegabilidade;
- c) possuir cintos de segurança em número compatível com a lotação;
- d) conter todos os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito e nas normas aplicáveis ao transporte escolar;
- e) apresentar pneus, portas, janelas, bancos, sistemas de iluminação, freios e demais componentes em perfeitas condições de funcionamento;
- f) possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, quando exigido pela legislação;
- g) não apresentar assentos danificados, rachaduras na lataria, pontos excessivos de ferrugem ou quaisquer condições que comprometam a segurança, o conforto ou a adequada prestação dos serviços;
- h) observar os limites legais de emissão de ruídos e poluentes, bem como as normas ambientais aplicáveis.

4.14. Não serão admitidos veículos que não ofereçam condições adequadas de acomodação, conforto e segurança aos alunos durante os trajetos.

4.15. A apresentação dos requisitos acima constitui condição essencial para a adequada execução contratual, sem prejuízo da exigência, para fins de habilitação, dos demais documentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital.

4.16. A contratada deverá disponibilizar, para cada linha objeto da contratação, no mínimo 01 (um) veículo adequado ao transporte escolar rural, observadas as especificações técnicas e operacionais definidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à capacidade mínima, segurança e condições de conservação.

4.17. A contratada deverá estar ciente de que se trata de serviço contínuo e essencial, não sendo admitidas interrupções indevidas na prestação do transporte escolar rural dos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP.

4.18. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente o calendário escolar, os itinerários, os horários de entrada e saída e as demais condições operacionais definidas pela Administração.

4.19. Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar rural, destinados ao deslocamento diário dos alunos da rede pública municipal e estadual residentes na zona rural do Município de Tarumã/SP, observadas as rotas, os horários, o calendário escolar e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Os serviços compreenderão o atendimento das linhas 4, 5 e 6, conforme itinerários e condições operacionais definidos pela Administração, devendo a contratada disponibilizar, no mínimo, 01 (um) veículo para cada linha, com capacidade mínima de 16 (dezesseis) lugares, referente as linhas 4, 5 e 6 e outro com capacidade mínima de 18 (dezoito) lugares, referente a linha 5, admitindo-se van ou micro-ônibus, desde que atendidas integralmente as exigências de segurança, conforto, higiene, conservação e trafegabilidade.

6.3. A execução contratual abrangerá, por conta exclusiva da contratada, o fornecimento de veículos, condutores devidamente habilitados e capacitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação obrigatória, tributos, encargos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias ao regular cumprimento do objeto.

6.4. Os serviços deverão ser prestados com estrita observância dos horários de entrada e saída dos alunos, dos itinerários previamente estabelecidos e do calendário escolar vigente, de modo a assegurar regularidade, pontualidade, continuidade e eficiência na prestação do transporte escolar rural.

6.5. A contratada deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso, conservação e segurança durante toda a execução contratual, bem como garantir que os condutores atuem com urbanidade, zelo, disciplina e responsabilidade, em conformidade com a legislação aplicável e com as orientações da Administração.

6.6. Em caso de falha mecânica, quebra, acidente, manutenção ou qualquer outra indisponibilidade do veículo, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata, sem prejuízo da continuidade do serviço e sem ônus adicional para a Administração.

6.7. A execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração, mediante designação de gestor e fiscal do contrato, competindo à contratada manter controles adequados dos trajetos realizados, da frequência do serviço, das condições dos veículos, da atuação dos condutores e da quilometragem efetivamente percorrida.

6.8. Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar registros da execução dos serviços, contendo, no mínimo, identificação da linha atendida, itinerário realizado, datas de execução, quilometragem de saída e chegada, quilometragem total percorrida e demais elementos necessários à conferência pela fiscalização contratual.

6.9. A medição dos serviços será realizada com base na quilometragem efetivamente executada, devidamente atestada pela fiscalização, observadas as rotas autorizadas, os relatórios apresentados e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10. A Administração poderá promover adequações operacionais relativas a itinerários, pontos de embarque e desembarque, horários e ajustes decorrentes de alterações da demanda, readequações de rotas ou ingresso de novos alunos, desde que mantida a finalidade pública da contratação e observados os limites legais e contratuais.



6.11. A execução do objeto deverá ocorrer sem interrupções indevidas, tendo em vista a natureza contínua e essencial do transporte escolar rural, indispensável à garantia do acesso e da permanência dos alunos nas unidades escolares.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à fiscalização verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como adotar as providências necessárias para correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados durante a execução do objeto.

7.1.2. A fiscalização contratual será exercida de forma contínua e sistemática, com a finalidade de assegurar a regularidade, a continuidade, a segurança, a pontualidade e a adequação dos serviços de transporte escolar rural prestados pela contratada.

7.1.3. Constituem rotinas mínimas de fiscalização:

- a) verificar o cumprimento dos itinerários, linhas, pontos de embarque e desembarque e horários estabelecidos pela Administração;
- b) acompanhar a regularidade da prestação dos serviços, observando a frequência da execução e a ausência de interrupções indevidas;
- c) conferir a quilometragem efetivamente percorrida, com base nos relatórios, diários de bordo, controles de saída e chegada e demais documentos apresentados pela contratada;
- d) verificar as condições de uso, conservação, higiene, segurança e trefegabilidade dos veículos utilizados na execução contratual;
- e) fiscalizar a documentação dos veículos e dos condutores, sempre que necessário, para confirmação de sua regularidade;
- f) acompanhar a conduta dos motoristas, verificando se atuam com urbanidade, zelo, responsabilidade e observância das normas aplicáveis ao transporte escolar;
- g) registrar ocorrências relacionadas a atrasos, falhas, quebras, substituições de veículos, reclamações de usuários e demais fatos relevantes para a execução contratual;
- h) atestar a execução dos serviços efetivamente prestados para fins de medição e pagamento.

7.1.4. A contratada deverá disponibilizar à fiscalização, sempre que solicitados, os documentos, registros e informações necessários ao acompanhamento da execução, inclusive relatórios de viagem, controles de quilometragem, identificação dos veículos em operação, relação de condutores e comprovantes de regularidade documental.

7.1.5. A fiscalização poderá realizar inspeções periódicas ou a qualquer tempo nos veículos vinculados à execução contratual, com a finalidade de verificar o atendimento das exigências de segurança, conforto, conservação, limpeza e adequação ao transporte escolar.



7.1.6. Constatada irregularidade na execução dos serviços, a fiscalização notificará a contratada para adoção das providências cabíveis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente e na legislação, quando for o caso.

7.1.7. Em caso de falha mecânica, quebra, indisponibilidade do veículo ou conduta inadequada de condutor, a fiscalização poderá determinar a substituição imediata do veículo e/ou do profissional, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

7.1.8. O recebimento provisório ou o ateste da execução pela fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos encargos e obrigações assumidos, inclusive quanto à segurança, à qualidade e à regularidade dos serviços prestados.

7.2. São obrigações da Contratante:

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das rotas, horários, quilometragem executada, condições dos veículos e atuação dos condutores;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições estabelecidas no contrato;

7.2.3. Prestar à contratada as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços;

7.2.4. Recusar, mediante justificativa fundamentada, a execução dos serviços em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada e no contrato;

7.2.5. Exercer a mais ampla e irrestrita fiscalização sobre a execução dos serviços, por intermédio de servidor(es) designado(s), encarregado(s) de acompanhar a prestação do transporte escolar, registrar ocorrências, solicitar esclarecimentos, exigir correções e atestar a execução para fins de pagamento;

7.2.6. Designar servidor para atuar como Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, coordenação da fiscalização e adoção das providências administrativas necessárias ao regular cumprimento do ajuste;

7.2.7. Comunicar formalmente à contratada quaisquer falhas, irregularidades, atrasos, descumprimentos contratuais ou inadequações verificadas durante a execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências cabíveis;

7.2.8. Permitir e promover o acompanhamento da execução contratual pelos setores competentes, inclusive quanto à conferência dos relatórios de viagem, controle de quilometragem e demais documentos pertinentes à medição dos serviços prestados;

7.2.9. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

7.2.10. Disponibilizar à contratada, sempre que necessário, as informações relativas ao calendário escolar, itinerários, pontos de embarque e desembarque e demais condições operacionais indispensáveis à execução do objeto.

7.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta apresentada e no contrato, sob pena de rejeição dos serviços executados em desacordo com as exigências estabelecidas;



7.3.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante, inclusive quanto aos veículos, condutores, itinerários, horários, documentação, segurança e demais aspectos da execução contratual;

7.3.4. Arcar com os eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, negligência, imprudência, imperícia ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.5. Respeitar e cumprir as disposições previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável ao objeto, especialmente as normas de trânsito, transporte escolar, segurança, proteção aos alunos, meio ambiente, trabalho e previdência;

7.3.6. Não subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, as obrigações decorrentes da contratação, salvo mediante justificativa formal e autorização expressa da Administração;

7.3.7. Cumprir rigorosamente os itinerários, os pontos de embarque e desembarque, os horários definidos pela Administração e o calendário escolar, garantindo a continuidade, regularidade e pontualidade da prestação dos serviços;

7.3.8. Disponibilizar, para cada linha contratada, veículo em condições adequadas de uso, conservação, segurança, higiene e trafegabilidade, com capacidade compatível com a exigida no Termo de Referência e com a demanda atendida;

7.3.9. Substituir imediatamente, às suas expensas, o veículo que apresentar falha mecânica, quebra, acidente, más condições de uso ou qualquer outra intercorrência que comprometa a continuidade, a segurança ou a regularidade da execução dos serviços;

7.3.10. Disponibilizar condutores devidamente habilitados, capacitados e aptos à execução do transporte escolar, responsabilizando-se integralmente por sua conduta, regularidade documental e substituição imediata, quando necessária;

7.3.11. Arcar integralmente com todos os custos necessários à execução contratual, inclusive mão de obra, combustível, manutenção preventiva e corretiva, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, seguros, documentação, vistorias e demais despesas diretas e indiretas inerentes ao objeto;

7.3.12. Manter, durante toda a vigência do contrato, apólice de seguro compatível com a execução dos serviços, abrangendo, no mínimo, cobertura para passageiros, tripulação e terceiros, conforme exigido no instrumento convocatório e contratual;

7.3.13. Manter controles e registros atualizados da execução dos serviços, especialmente quanto aos trajetos realizados, quilometragem percorrida, identificação dos veículos, condutores em operação e demais elementos necessários à fiscalização e à medição contratual;

7.3.14. Atender prontamente às solicitações, determinações, notificações e demais comunicações expedidas pela Contratante, prestando os esclarecimentos necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;

7.3.15. Responsabilizar-se pela observância das normas de segurança aplicáveis ao transporte escolar, garantindo que os veículos utilizados contenham os equipamentos obrigatórios e ofereçam condições adequadas de conforto e proteção aos alunos transportados;



7.3.16. Assinar, no ato da formalização contratual, o Termo de Ciência e de Notificação, quando exigido, para fins de remessa e acompanhamento do ajuste perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com as instruções vigentes.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Prazo de pagamento



8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Do Recebimento

8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do *começo do ano letivo*, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.5.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



8.5.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.5.1.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.5.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 01 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.2. Habilitação jurídica

9.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



9.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

9.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.4. Qualificação Técnica

9.2.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Nos atestados poderão conter os termos: “transporte escolar” ou “fretamento contínuo de transporte de pessoas”, ou similar, desde que se trate de transporte de pessoas. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.2.4.1.1. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo de capacidade técnico-operacional, será exigida a comprovação de execução anterior de, no mínimo:

- a) 12.075 km, para o item correspondente à linha 4;**
- b) 10.500 km, para o item correspondente à linha 5;**
- c) 17.350 km, para o item correspondente à linha 6.**

9.2.4.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

9.2.4.3. Será admitida, para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação de mais de um atestado, inclusive de contratos executados de forma concomitante, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitado.

9.2.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, conforme o caso.

9.2.4.5. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo fornecer, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, ordens de serviço, endereço da contratante e do local de execução dos serviços, bem como outros documentos que se fizerem necessários à verificação da veracidade e compatibilidade das informações.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 521.892,00 (Quinhentos e Vinte e Um Mil, Oitocentos e Noventa e Dois Reais)**, considerando a prestação de serviços de transporte escolar rural por quilômetro rodado, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como veículo, condutor, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, encargos e demais despesas inerentes à prestação contratual.



10.2. A estimativa foi elaborada com base na projeção de atendimento de 2 (duas) linhas de transporte escolar rural, correspondentes às linhas 4, 5 e 6, com disponibilização mínima de 1 (um) veículo por linha, ambos com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares.

10.3. Para fins de composição do valor estimado, foram considerados os seguintes quantitativos e valores unitários por quilômetro:

a) Item 1 – Linha 4:

Percurso estimado de 115 km/dia, totalizando 24.150 km no período estimado, ao valor de R\$ 6,54 por km, resultando no montante estimado de R\$ 157.941,00;

b) Item 2 – Linha 5

Percurso estimado de 100 km/dia, totalizando 21.000 km no período estimado, ao valor de R\$ 6,54 por km, resultando no montante estimado de R\$ 137.340,00;

c) Item 3 – Linha 6:

Percurso estimado de 165 km/dia, totalizando 34.700 km no período estimado, ao valor de R\$ 6,54 por km, resultando no montante estimado de R\$ 226.611,00.

10.4. A estimativa global de execução corresponde a 79.850 km, considerando a soma das quilometragens estimadas das linhas 4, 5 e 6.

10.5. A memória de cálculo da estimativa corresponde à seguinte sistemática:

a) Linha 4: 115 km/dia x 210 dias letivos = 24.150 km;

b) Linha 6: 165 km/dia x 210 dias letivos = 34.650 km;

c) Valor estimado da Linha 4: 24.150 km x R\$ 6,54/km = R\$ 157.941,00;

d) Valor estimado da Linha 5: 21.000 km x R\$ 6,54/km = R\$ 137.340,00

e) Valor estimado da Linha 6: 34.650 km x R\$ 6,54/km = R\$ 226.611,00;

f) Valor global estimado: R\$ 157.941,00 + R\$ 137.340,00 + R\$ 226.611,00 = R\$ 521.892,00.

10.6. A quilometragem indicada possui natureza estimada, podendo sofrer variações para mais ou para menos em razão de alterações nas rotas, readequações operacionais e ingresso de novos alunos no decorrer da execução contratual, observados os limites legais e contratuais.

10.7. A estimativa de preços da presente contratação observou o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido elaborada com base em critérios de mercado e em fontes idôneas de pesquisa, de modo a assegurar a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados para objeto semelhante, consideradas as quantidades pretendidas e as peculiaridades da execução contratual.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, observada a disponibilidade de créditos orçamentários no momento da contratação e em cada exercício financeiro, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Para o exercício de 2026, será empenhado o valor correspondente às obrigações exigíveis até 31 de dezembro de 2026, ficando o saldo remanescente, relativo ao exercício de 2027, consignado no orçamento respectivo, com previsão na Lei Orçamentária Anual e no plano plurianual, quando cabível.

Fichas:

280 - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

949 - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)



Projeto Atividade – Transporte Escolar.

Tarumã, 22 de abril de 2026.

CARMEN ROSA NOVAIS SOTANA
SUPERVISORA DE PROGRAMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

